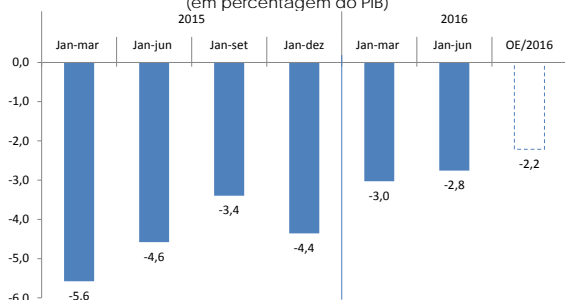


A presente nota rápida tem por base as contas nacionais trimestrais por setor institucional, apuradas pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), e a informação incluída na 2.ª notificação do Procedimento dos Défices Excessivos (PDE), ambas divulgadas no dia 23 de setembro. Os resultados até ao 1.º trimestre de 2016 incorporam ainda as revisões publicadas pelo INE na mesma data, no âmbito do calendário regular de revisões de contas nacionais. Esta informação antecede uma análise trimestral mais detalhada, que será divulgada na primeira quinzena de outubro.

1 No 1.º semestre de 2016, o défice das administrações públicas em contabilidade nacional ascendeu a 2,5 mil M€, fixando-se em 2,8% do PIB. O défice do 1.º semestre situou-se 0,1 pontos percentuais (p.p.) acima do valor central da estimativa avançada para o défice, realizada pela UTAO no início de setembro e publicada na [Informação técnica da UTAO n.º 27/2016](#). Este resultado representa uma melhoria face a igual período do ano anterior, tendo-se observado uma redução do défice em 1,5 mil M€, o equivalente a 1,8 p.p. do PIB semestral (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Saldo trimestral das administrações públicas
(em percentagem do PIB)



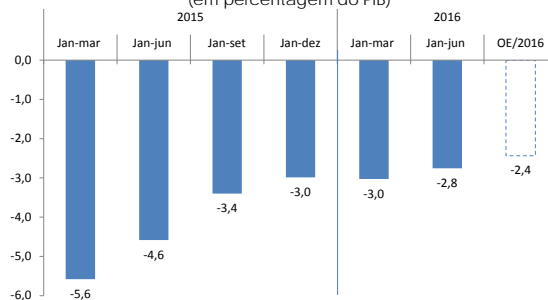
Fontes: INE, Ministério das Finanças e cálculos da UTAO. | Notas: Valores não ajustados de operações de natureza *one-off*. Na sequência das revisões publicadas pelo INE, o défice do 1.º trimestre de 2016 alterou-se de 3,2% para 3,0% do PIB.

2 Até junho não se realizaram operações de natureza *one-off*, à semelhança do que sucedeu no mesmo período de 2015. Por conseguinte, a evolução homóloga do défice ajustado no 1.º semestre (Gráfico 2) coincide com a verificada pelo défice global. Para o conjunto do ano, contudo, encontram-se previstas no âmbito do OE/2016 medidas *one-off* que poderão contribuir para beneficiar o saldo das administrações públicas em cerca de 0,2 p.p. do PIB anual projetado pelo Ministério das Finanças para 2016.

3 O défice registado na 1.ª metade do ano manteve-se acima quer do objetivo anual definido no OE/2016, quer do limite máximo para o défice de 2016 recomendado pela Comissão Europeia. O défice das administrações públicas registado no 1.º semestre situou-se acima do definido para o conjunto do ano no OE/2016. O desvio desfavorável cifrou-se em 0,5 p.p. do PIB face à meta de 2,2% do PIB fixada para o défice global (Gráfico 1) e a 0,3 p.p. do PIB considerando o objetivo de 2,4% do PIB para o défice ajustado de medidas *one-off* (Gráfico 2). O défice do 1.º semestre excedeu igualmente o limite de 2,5% do PIB recomendado pelo Conselho Europeu a Portugal aquando da decisão de cancelamento da multa no âmbito do Procedimento dos Défices Excessivos, em agosto. Recorde-se que este limite se reporta ao défice

global não ajustado de medidas *one-off*, excluindo porém eventuais efeitos que a operação de recapitalização da Caixa Geral de Depósitos possa vir a ter sobre o défice orçamental.

Gráfico 2 – Saldo das administrações públicas corrigido do efeito de medidas *one-off*
(em percentagem do PIB)



Fontes: INE, Ministério das Finanças e cálculos da UTAO. | Notas: O saldo orçamental de 2015 foi ajustado do efeito da venda e resolução do Banif que teve lugar no 4.º trimestre. O objetivo para o défice anual de 2016 previsto no OE/2016 encontra-se ajustado do efeito das concessões da IP-Telecom e da Silopor, da entrega de F-16 à Roménia, do acerto de contribuições para a União Europeia e da devolução a Portugal das *pre-paid margins* do *European Financial Stability Facility*. Na sequência das revisões publicadas pelo INE, o défice do 1.º trimestre de 2016 alterou-se de 3,2% para 3,0% do PIB.

4 Apesar do défice em termos acumulados se ter aproximado do objetivo anual definido no OE/2016, existem pressões orçamentais previstas para o 2.º semestre que podem colocar desafios ao cumprimento daquela meta. Em termos nominais, o défice registado no 1.º semestre representa cerca de 61% do défice previsto para 2016 pelo Ministério das Finanças (e 55% do défice ajustado de operações de natureza *one-off*). Para alcançar a meta orçamental, será necessário que no 2.º semestre o défice global se cifre em cerca de 1,7% do PIB (2,1% do PIB considerando o défice ajustado). A existência de um desvio desfavorável não deixa de colocar desafios à execução orçamental dos próximos trimestres, num contexto em que se deverá vir a materializar um crescimento do PIB inferior ao projetado pelo Ministério das Finanças (a este respeito veja-se a Caixa 1 da [Informação técnica da UTAO n.º 27/2016](#)) e em que as medidas de política orçamental previstas no âmbito do OE/2016 permitem antecipar pressões ascendentes sobre o défice orçamental no 2.º semestre. A este respeito são de salientar a baixa execução da receita fiscal até julho, os efeitos esperados da reposição salarial na função pública, que por assumir um carácter gradual deverá ter um impacto crescente sobre o défice ao longo do ano, e no 2.º semestre eventuais custos decorrentes da reposição do horário de trabalho de 35 horas na função pública e a entrada em vigor da descida do IVA da restauração.

5 Projeções recentes de diferentes organismos apontam para que o défice orçamental em 2016 se situe acima da meta oficial e para que se verifique um agravamento ao nível do saldo estrutural. Ao longo do mês de setembro, ainda antes da divulgação dos resultados do 2.º trimestre, a Comissão Europeia, o Fundo Monetário Internacional e o Conselho de Finanças Públicas procederam a uma atualização das respetivas projeções orçamentais. Estes organismos apontam para o défice global em 2016 se situe entre 2,6% e 3,0% do PIB e para que o saldo estrutural venha a evidenciar um agravamento face a 2015 que se deverá situar entre 0,2 p.p. e 0,5 p.p. do PIB.